

IAOD dos Deputados Kou Hoi In e Ip Sio Kai em 12.04.2019

A questão da capacidade de acolhimento de turistas em Macau tem sido, recentemente, tema de discussão, e até há opiniões na sociedade sobre a aplicação de uma taxa turística. Hoje, não vamos abordar estes dois temas, pois o que mais nos preocupa é a insuficiência de instalações turísticas em Macau, e o Governo não adoptou as devidas medidas de dispersão de turistas, resultando na sua concentração nas zonas mais movimentadas, portanto, a “capacidade de acolhimento” tornou-se um foco de atenção na sociedade.

De facto, Macau tem muitas condições turísticas melhores do que outras regiões e, se forem bem aproveitadas, é possível atrair turistas para visitarem diferentes zonas, reduzindo assim a sua concentração, bem como promover melhor as características turísticas de Macau.

Em Macau, há muitas zonas antigas com longa história. Em 2005, mais de 20 construções foram incluídas na Lista do Património Mundial; em 2017, Macau foi oficialmente classificada como Cidade Criativa em Gastronomia. Com características de combinação das culturas ocidental e oriental, Macau realiza anualmente vários eventos internacionais de grande envergadura: Grande Prémio, Festival de Artes, Concurso Internacional de Fogo-de-artifício, Festival de Luz, Festival de Gastronomia, Parada de Celebração do Ano Novo Chinês, etc. Recentemente, foram realizadas várias votações, tais como a das lojas típicas e tradicionais, e das novas oito paisagens, etc., e ainda foi lançado o “Programa embaixadores culturais”, tudo isso destinado à promoção do turismo e da cultura local, com vista à promoção total de Macau.

As actividades referidas estão intimamente relacionadas com o turismo e a cultura de Macau, dando-lhes uma conotação mais rica e contribuindo para a promoção da imagem de Macau como cidade turística. Mas, em termos globais, cada serviço competente dispõe dos seus planos para a realização dessas actividades, e caso disso são a Direcção dos Serviços de Turismo, a Direcção dos Serviços de Economia e o Instituto Cultural. No Relatório das Linhas de Acção Governativa para 2019, refere-se claramente que é necessário “reforçar a cooperação interdepartamental e elevar o efeito sinérgico”, mas ao longo dos anos a cooperação entre serviços não alcançou grandes avanços na prática, e isto porque, sobretudo, os serviços competentes actuam cada um à sua maneira e há falta de cooperação mútua, portanto, não conseguiram aproveitar as vantagens de Macau para promoverem, em conjunto, o desenvolvimento diversificado do seu turismo.

Na nossa opinião, o Governo deve proceder a uma reforma no âmbito de promoção do turismo, triagem de turistas e optimização das medidas complementares. No passado, devido à falta de instalações complementares turísticas, os resultados da triagem de turistas não foram satisfatórios, por isso,

há que explorar as características culturais das diversas zonas, apoiar o desenvolvimento das lojas antigas, criar gastronomia típica de Macau, promover o fluxo de pessoas e a economia de diferentes bairros, e, em cooperação com os serviços de trânsito, planear melhor os itinerários dos transportes públicos, de modo a redireccionar os turistas para diferentes pontos turísticos, criando um ambiente turístico confortável.

Celebramos este ano o 70.º aniversário do estabelecimento da Nova China e o 20.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, e haverá certamente mais comemorações do que no ano passado. Com a abertura da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e uma maior integração da Zona da Grande Baía, é possível que o número de turistas de Macau continue a aumentar gradualmente, assim, espera-se que o Governo possa articular-se de forma mais prospectiva com o plano de desenvolvimento do sector turístico, coordenando as actividades comemorativas dos diversos serviços públicos e sectores sociais, para que os serviços públicos desempenhem as suas funções, interligando-se e cooperando entre si, para promover em conjunto uma nova experiência da cultura e do turismo de Macau.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 12.04.2019

Ponto de situação da revitalização do sector industrial

Para promover a diversificação adequada da economia e das indústrias e reduzir a dependência das receitas do jogo, o Governo afirma, no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020), que há que promover a reconversão da indústria transformadora tradicional, para criar as marcas de “Fabricado em Macau” e “Criatividade de Macau”, enriquecendo o sector industrial local. No início de 2017, o Governo divulgou o resultado do “Estudo sobre o reposicionamento da indústria de Macau”, e o plano de implementação de várias políticas para eliminar os potenciais riscos decorrentes da estrutura não diversificada da indústria transformadora local e da sua alta dependência do exterior, acelerar o reposicionamento e a reconversão da indústria, apoiar as fábricas a enfrentar os desafios da diversificação do mercado e das mudanças do ambiente de exploração, e elevar a competitividade da indústria. A longo prazo, tudo isto contribuirá para o desenvolvimento sustentável e a diversificação adequada da economia.

Que se saiba, o consenso do Governo e do sector é promover, gradualmente e recorrendo à indústria farmacêutica, a indústria transformadora de produtos alimentares e a indústria de joalheria como pontos de partida, a reconversão da indústria transformadora, dando prioridade às indústrias de valor acrescentado na aplicação de recursos, e continuar a promover a indústria de fabricação de vestuário de luxo e a explorar novas indústrias adequadas a Macau. Nos últimos anos, o Governo definiu como objectivo principal o desenvolvimento de novas indústrias, tais como convenções e exposições, medicina tradicional chinesa e indústria financeira com características próprias. Tendo em conta a nova missão atribuída pelo País, de construir uma plataforma para desenvolver a indústria da ciência e tecnologia na medicina tradicional chinesa, como é que o Governo vai articular os trabalhos de revitalização da indústria com a reforma e inovação da indústria tradicional? Qual será a proporção do sector industrial nos elementos não jogo na economia em geral? O Governo ainda não esclareceu estas questões. Assim sendo, sugiro o seguinte:

1.^a Proposta: Passados 23 anos, voltou a ser organizada, em Setembro do ano passado, a Feira Industrial, que atraiu mais de 130 expositores, com cerca de 200 stands, e cerca de 95 mil visitantes, num ambiente sem precedentes. Havia uma zona de exposição conjunta das instituições de ensino superior de Macau, para apresentação dos resultados alcançados na investigação científica e no *design*, o que, para além de demonstrar o potencial de desenvolvimento das indústrias inovadoras, representam os primeiros passos da revitalização da indústria de Macau. Propõe-se a continuidade da Feira Industrial, no sentido de aproveitar esta tendência e aumentar oportunamente o apoio ao sector, acelerando o desenvolvimento de novas marcas de produtos com características

próprias de Macau.

2.^a Proposta: O incentivo fiscal no âmbito da política industrial, previsto na Lei n.º1/86/M, tem como objectivo beneficiar as indústrias transformadoras e os investidores relacionados em 50% a 100% do imposto do selo sobre a transmissão de imóveis para fins industriais. Propõe-se, assim, a actualização do âmbito da política industrial, que não era revisto há mais de 20 anos, de modo a impulsionar o sector a reforçar o desenvolvimento e o investimento em direcção às novas indústrias.

3.^a Proposta: A falta de recursos de solos em Macau, as rendas elevadas, e o facto de a concepção e as instalações complementares dos edifícios industriais antigos não corresponderem às exigências da indústria moderna, constituem factores que dificultam a expansão da actividade dos industriais interessados em vir para Macau, que por isso têm de enfrentar dificuldades financeiras e operacionais, bem como a conseqüente pressão. Proponho ao Governo que, na elaboração do "Plano Director", sejam definidos claramente os terrenos industriais com base em dois critérios, nomeadamente, a "finalidade" e a "distribuição", para que o sector possa corresponder aos incentivos proporcionados pelo Governo através do planeamento urbanístico de elevado nível, para a criação de condições favoráveis à revitalização da indústria de Macau.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 12.04.2019

No Relatório de Actividades de 2018, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) revelou recentemente que, de entre os casos criminais que resolveu, houve uma diminuição dos casos de corrupção passiva e de recepção de vantagens praticados por trabalhadores da função pública, mas houve um aumento no número de crimes de burla, de falsificação de documentos, de abuso de poder, entre outros, praticados pelos mesmos, especialmente casos em que alguns dirigentes de determinados serviços públicos violaram a lei penal por terem abusado do seu poder para fins particulares através do aproveitamento das funções. O relatório sublinha especialmente alguns casos, referindo ainda que: “crê-se que até a generalidade dos cidadãos, depois de tomarem conhecimento dos mesmos, os consideram como casos difíceis de compreender, ou estranhos, no entanto, os serviços públicos, que possuem as competências legais, trabalhadores profissionais e as informações constantes dos processos, simplesmente ignoraram as situações dúbias, ou não se surpreenderam com estas, alegando apenas ‘actuar segundo as regras’ e ‘apreciar e aprovar nos termos da lei’”. De facto, os comentários do CCAC levam as pessoas a pensar profundamente nos problemas.

O relatório do CCAC faz-me lembrar duas historietas. A fonte dos ladrões e a fonte dos gananciosos. Uma vez, Confúcio estava com sede, mas não bebeu a água da fonte dos ladrões, por considerar o nome desagradável, uma vez que desprezava ladrões e queria manter a sua virtude. A história da fonte dos gananciosos reza o seguinte: na Dinastia Jin do Leste, o enviado da corte a Cantão, Wu Yinzhi, passou pela fonte dos gananciosos. A lenda diz que mesmo os íntegros se tornavam gananciosos depois de beber a água dessa fonte. Mas ele bebeu-a na mesma e escreveu um poema: os antigos dizem que esta água faz as pessoas cobiçarem a riqueza, mas o coração dos mais virtuosos é resistente. Na verdade, a fonte é limpa, e a água não rouba nem cobiça. Ser ou não ser ladrão ou ganancioso depende das pessoas. Como diz um ditado chinês, as coisas têm de estar podres para os vermes nascerem, isto é, a causa interna é o factor decisivo.

Segundo o Plano Quinquenal de Desenvolvimento, o Governo ia empenhar-se na implementação de uma boa governação. A meu ver, o combate à corrupção é a prioridade e a condição necessária para isso. Sem combater a corrupção, não podemos falar de boa governação. Recentemente, foram revelados sucessivos casos de corrupção praticados por funcionários, e isto demonstra que é premente reforçar a construção de uma sociedade íntegra. O Governo salientou várias vezes que há uma série de regimes que regulamentam as normas de conduta dos funcionários de diferentes níveis, e disposições legais que regulam a fiscalização e a responsabilização dos funcionários de diferentes categorias, mas, mesmo assim, continuam a existir vários tipos de corrupção que levam a população a questionar se a actual legislação é ou não suficiente para fiscalizar e produzir

efeitos dissuasores. O CCAC apelou várias vezes à Administração para aperfeiçoar o regime de responsabilização dos titulares de cargos públicos. No debate das LAG de Novembro do ano passado, a Secretária para a Administração e Justiça referiu que o relatório sobre a revisão da responsabilização desses titulares, elaborado por um grupo especializado, tinha sido concluído e submetido ao Chefe do Executivo. Espero que o Governo analise seriamente esse relatório de revisão e melhore, quanto antes, o regime de responsabilização dos titulares dos altos cargos.

“A felicidade do povo provém da integridade do país e a prosperidade resulta de um governo limpo.” O sol é o melhor conservante, assim, para além de aperfeiçoar o regime da responsabilização dos governantes, o Governo também tem de criar um mecanismo para reforçar a fiscalização pela sociedade, para o poder funcionar sob o brilho do sol. No seu relatório de actividades, o CCAC aponta que “a ausência da prática de corrupção e a não aceitação de interesses são exigências mínimas legais no exercício das funções públicas”. O Governo tem de continuar a reforçar a educação e a sensibilização sobre a integridade, criando uma cultura de governação íntegra, para que os funcionários públicos se eduquem em relação à moralidade governativa, se lembrem dos flagelos da ganância, e se mantenham disciplinados. Aliás, tem de inculcar na mente dos funcionários públicos os referidos princípios e assegurar que não sejam postos em causa, para os funcionários serem íntegros como pessoas, aplicados como trabalhadores e competentes como servidores do povo.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 12.04.2019

Reforço da concretização do Regime de previdência central não obrigatório

Para promover a construção da segurança social de dois níveis e preparar o regime de previdência obrigatório, o fundo de previdência não obrigatório foi implementado a partir de 1 de Janeiro de 2018, após uma divulgação de mais de um ano, e 142 empregadores aderiram já ao plano comum de previdência. Há mais de 2600 trabalhadores, dos quais 70 por cento são de instituições de serviços sociais, enquanto os restantes são de unidades de interesse público, jogo, hotelaria, restauração, educação, finanças, venda a retalho, cuidados médicos e outras instituições comerciais. O plano individual de previdência conta com a participação de cerca de 40 000 residentes, com cerca de 2,28 mil milhões de patacas de dotação do Governo para aumentar os investimentos. Pelos números referidos, vê-se que a divulgação da Administração tem produzido alguns efeitos, mas há ainda grande espaço para progresso. Sabemos que muitas empresas e instituições prometeram a adesão ao regime, mas o número dos empregados que participam ainda não é suficiente. Por outro lado, 70 por cento dos empregadores que aderiram vêm de instituições de serviços sociais, o que demonstra a insuficiência de esforços para promover a adesão das outras grandes empresas e instituições. Pelo contrário, o número de participantes do plano individual é ideal, por isso a Administração deve fazer um balanço das respectivas experiências, dando mais incentivos para reforçar a adesão de empregadores e trabalhadores que ainda não aderiram ao regime.

Como o IAS concede apoios extraordinários às entidades prestadoras de acções sociais, de entre os aderentes o peso dos que tem menos capacidade é maior. Sobre isto, o Chefe do Executivo afirmou ser uma inspiração para se pensar em conceder apoios a outros sectores e a outras categorias profissionais, para aderirem, em articulação com o actual sistema, ao fundo de previdência central não obrigatório. Cada sector dispõe das suas próprias características, por isso há que proceder aos devidos estudos. Sugiro que essas acções sejam promovidas junto das entidades ou empresas que têm um contrato de concessão celebrado com o Governo. Por exemplo, a Transmac e a TCM, com as quais o Governo celebrou há tempos um contrato de prorrogamento do prazo de concessão, exigindo-lhes, por altura da renovação do contrato e tendo como referência a renovação das licenças das duas concessionárias do jogo, que aderissem ao regime de previdência central não obrigatório. As entidades ou empresas subsidiadas ou sujeitas à fiscalização do Governo, tais como as escolas, a CEM, a SAAM etc., também devem aderir, quanto antes, a esse regime.

Determina a lei que o regime de previdência central não obrigatório deve ser revisto 3 anos após a sua execução, bem como ser ponderada a adopção, ou não,

do modelo de regime obrigatório. Depender apenas do Fundo de Segurança Social para a sua promoção é insuficiente, assim, devem o Chefe do Executivo, os Secretários e os directores convergir esforços para a concretizar. O tempo corre, falta pouco mais de um ano para perfazer os 3 anos de execução do regime, e deve o Governo agarrar essa oportunidade de ouro para promover empenhadamente a concretização desses 2 níveis de segurança social, para garantir uma vida condigna aos residentes na pós-aposentação.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 12.04.2019

Aperfeiçoamento do plano de criação de talentos e concretização dos trabalhos de construção de uma cidade inteligente

No início deste ano, foi oficialmente publicado o “Plano Geral do Desenvolvimento da Zona de Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” (doravante designado por “plano”), segundo o qual a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau será um Centro Internacional de Inovação das Ciências e Tecnologia com influência internacional. Esta é uma das principais estratégias da Grande Baía.

De facto, Hong Kong e Guangdong têm as suas vantagens no domínio da inovação tecnológica. Por exemplo, Shenzhen tem uma forte base industrial, cadeias de indústrias aperfeiçoadas, e uma capacidade de transformação industrial elevada e eficiente; Hong Kong tem bons recursos na área do ensino superior, e elevada qualidade nas áreas da investigação e do desenvolvimento; mas em Macau, pelo contrário, as indústrias criativas não estão muito desenvolvidas, e mesmo apesar de se terem aqui instalado muitos laboratórios de nível nacional nos últimos anos, e de, nas Linhas de Acção Governativa, se ter proposto a criação de benefícios fiscais para incentivar o desenvolvimento das empresas locais, o grave problema da falta de talentos na área da investigação científica mantém-se. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem dado importância à formação de talentos locais nesta área, tem reforçado o intercâmbio e a aprendizagem com profissionais do exterior das áreas da ciência e tecnologia e promovido a generalização da educação científica, mas segundo os dados da DSEJ, no ano lectivo de 2017/2018, apenas 4,9% dos alunos do ensino secundário complementar frequentaram cursos de informática, o que demonstra que ainda não estão cientes da importância da tecnologia para o futuro desenvolvimento de Macau. Segundo o plano, a Grande Baía vai ser o local da inovação tecnológica de mais alto nível do mundo onde se vão alimentar as políticas importantes para as indústrias emergentes, por isso, é premente que o Governo avance com estudos de mercado, com uma boa formação de talentos na área da informação e da tecnologia, que defina bem os planos respectivos, preveja as necessidades futuras, reveja, em colaboração com a DSEJ, o plano curricular das disciplinas de informática nas escolas primárias e secundárias, discuta com as instituições de ensino superior sobre a criação de mais cursos na área das ciências e tecnologia, incentive os jovens a aderir ao sector da inovação tecnológica, estimule a investigação e o desenvolvimento de produtos tecnológicos convenientes para o público e reforce a promoção de produtos tecnológicos inovadores locais.

A construção duma cidade inteligente exige inovação tecnológica, para o desenvolvimento das indústrias emergentes, e para isso são indispensáveis os talentos. No ano passado, o Conselho de Ciência e Tecnologia realizou, em

colaboração com o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, uma auscultação sobre o documento de consulta relativo à “Estratégia para o desenvolvimento da cidade inteligente de Macau e a construção nas áreas principais”, do qual constam 13 áreas principais de desenvolvimento e diversos projectos-piloto de curto prazo, com o desejo de que o Governo defina, quanto antes, o calendário respectivo, os critérios de avaliação, os serviços responsáveis pela execução, etc. O Governo da RAEM deve proceder, com toda a determinação, à construção de infra-estruturas no âmbito dos dados e informações relativos ao espaço urbano. Há que lembrar o atraso de Macau, comparativamente aos territórios vizinhos, na construção da rede 4G. Já estamos a entrar na época 5G, e as três grandes empresas de telecomunicações da Coreia do Sul, por exemplo, já lançaram, a nível mundial, os serviços 5G, e a seguir foram os Estados Unidos da América, que lançaram os serviços 5G sem fios em diversas regiões, e no Interior da China, vão ser lançados, este ano e a título experimental, serviços 5G em mais de 20 cidades do 1.º e 2.º escalões. Pelo exposto, é premente que Macau avance com os estudos sobre a construção e utilização da rede 5G. O Governo deve discutir, activamente, com os operadores das telecomunicações sobre a licença para os serviços 5G, agarrando as oportunidades de desenvolvimento, e para que Macau e os territórios vizinhos construam e lancem, ao mesmo tempo, estes serviços.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 12.04.2019

O índice dos preços em Macau é relativamente mais alto do que nas regiões vizinhas, portanto é grave o impacto na vida quotidiana dos residentes. Com o aumento da procura, sobe a taxa de inflação. Segundo os dados, a taxa de inflação em 2018 foi de 3,01%, um aumento de 1,78% em relação à registada em 2017, que foi de 1,23%. E esta subida tem a ver com o preço dos alimentos e das bebidas não alcoólicas. No caso dos alimentos, é grande a variação entre o preço a retalho e o preço de importação, vejamos: entre Outubro do ano passado e Março deste ano, o preço da venda a retalho da carne de porco atingiu o triplo do preço da venda por grosso, e o sêxtuplo no caso do *choi sam*. O Governo já afirmou que sabia que o preço da importação de produtos vivos e frescos não era alto e que o preço da venda a retalho era superior ao das regiões vizinhas, e comprometeu-se a adoptar medidas para suavizar isso, incluindo o reforço das acções de fiscalização e o encorajamento à diversificação dos canais de venda a retalho. Porém, o preço dos produtos vivos e frescos mantém-se em alta.

O índice de preços assume grande relevância, pois tem uma relação muito estreita com a vida dos residentes. Actualmente, os preços da habitação, legumes, óleo e combustíveis mantêm-se elevados e é grande a pressão da inflação. O custo de vida dispara, representando um grande fardo para as famílias com dificuldades financeiras. Ajustar e estabilizar os preços dos produtos são questões que o Governo tem de encarar com grande atenção. Em 2012, foi criado o grupo de trabalho interdepartamental para os preços dos produtos, para disponibilizar informações sobre os preços dos diversos produtos, e não para implementar medidas para o eficaz controlo dos preços, de forma a aliviar a respectiva pressão. O mercado é liderado pela oferta e da procura, mas o Governo, enquanto controlador e protector da ordem do mercado, tem a obrigação de ajustar adequadamente os preços.

Para além de aumentar a transparência na consulta sobre os preços, o Governo deve proceder a estudos aprofundados e divulgar as razões dos preços elevados praticados em cada uma das etapas, nomeadamente, os preços excessivos dos produtos alimentares frescos e vivos. Será que os custos operacionais são demasiado elevados durante todo o processo, importação, venda por grosso e venda a retalho? Ou será que existem situações e transacções irregulares e injustas de "abuso das vantagens do mercado" e de "fixação conjunta de preços", etc.? O Governo, à medida que os problemas vão surgindo, deve adoptar rapidamente medidas e políticas de apoio, tomando a iniciativa de melhorar o ambiente de exploração de Macau. Deve, por exemplo, elaborar quanto antes a "Lei da concorrência" e a "Lei contra o monopólio", no sentido de assegurar um ambiente de concorrência justa e combater os preços excessivos; deve introduzir mais concorrentes, para reforçar o mercado;

aumentar as fontes de abastecimento de produtos, para que os consumidores tenham mais escolhas; definir políticas de apoio nas áreas das instalações sociais, recursos humanos e procedimentos administrativos; etc., para reduzir os custos de exploração, acabando assim por reprimir eficazmente os preços dos produtos, assegurando efectivamente os direitos e interesses dos consumidores de Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 12.04.2019

Promover a coordenação e concretizar todas as infra-estruturas de prevenção de calamidades

Em Abril de 2018, o Governo divulgou as 10 tarefas prioritárias para a prevenção e redução de desastres, incluindo a construção de infra-estruturas de prevenção de inundações, como as comportas contra inundações no Porto Interior, os muretes desde a Escola de Pilotagem na Barra até ao Edifício Portuário em Lam Mau, bem como a estação elevatória de águas pluviais e as “box-culverts” no Porto Interior. Mas já se passou um ano, a época dos tufões está a chegar e o andamento das obras deixa a desejar. O Governo ainda não divulgou os projectos completos, falhando na divulgação de informações. Mais, como a falta de coordenação e comunicação atrasa sempre os projectos dependentes da colaboração interserviços, pergunta-se se a construção dessas infra-estruturas também vai ser afectada, uma vez que é da responsabilidade de vários serviços. É mesmo um problema preocupante.

Actualmente, para além da construção da estação elevatória de águas pluviais e de “box-culverts” no Porto Interior, em preparação há muitos anos e que se iniciou recentemente e se prevê concluir em 2021, só algumas medidas de curto prazo têm prazos de execução e data de conclusão, por exemplo, a instalação de 10 válvulas de drenagem nos muretes pela Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água (DSAMA), a concluir-se em Junho, e a substituição de válvulas de maré do Porto Interior pelo IAM, em Janeiro do próximo ano. As outras infra-estruturas importantes, como as comportas, tanques de retenção de água na Praça de Ponte e Horta e aumento do dique, encontram-se ainda na fase inicial de desenho e estudo, e o Governo nem sequer tem calendarização para a conclusão dessa fase, quanto mais das obras. Dessas infra-estruturas, as comportas no Porto Interior, cruciais para a prevenção de “storm surge” e foco da atenção do público, só entraram na primeira fase da consulta pública sobre a avaliação do impacto ambiental, e a sua capacidade preventiva contra supertufões como o Hato tem sido questionada pela população, pois a altura projectada é de apenas 3,85 metros.

Na semana passada, o director dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, Li Canfeng, referiu que o estudo de viabilidade da obra das comportas no Porto Interior está a ser apreciado pelo Governo Central e, se decorrer sem sobressaltos, serão necessários quatro anos para a sua construção. O objectivo actual é iniciar os trabalhos preparatórios da articulação das infra-estruturas no final do corrente ano, por isso, a obra só pode ser concluída em 2024.

Mas o maior problema prende-se com os numerosos projectos de infra-estruturas de protecção contra calamidades, o longo tempo de construção e a necessidade de se estabelecer um mecanismo eficaz de coordenação, para controlar e fiscalizar o andamento das obras, a qualidade e os atrasos desnecessários. Há que, nomeadamente, evitar os problemas no andamento das

obras ou no planeamento e construção, devido à falta de coordenação entre os serviços, mas, como o Governo actua de acordo com mecanismos já definidos, é fácil surgirem problemas de coordenação na comunicação ou de articulação entre as obras. A Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas da Assembleia Legislativa solicitou ao Governo, em meados de Dezembro do ano passado, que coordenasse claramente as obras e disponibilizasse à Assembleia Legislativa, e ao público, um plano geral das obras de prevenção de calamidades, incluindo informações sobre o seu número e conteúdo, o progresso actual e a data prevista de conclusão. Mas, vários meses depois, essa falta de coordenação e de responsabilidade leva a que o Governo não tenha consigo facultar essas informações e responder às expectativas da sociedade.

Nos últimos dois anos, tufões fortes causaram graves prejuízos a Macau, o que custou muito à sociedade, sendo, por isso, necessário reforçar a consciência do público sobre emergências, aperfeiçoar o sistema de alarme e definir bem um plano de evacuação. Quanto aos trabalhos de protecção civil, não se pode negar que o pessoal da linha da frente, nomeadamente da Administração Pública, tem, de facto, melhorado a capacidade de resposta e de evitar riscos, e, antes da época do vento, elaboraram planos de contingência e realizaram simulacros, mas estas medidas são passivas. Assim, apelo ao Governo para que tome a iniciativa de coordenar a concepção e a construção de todas as obras de infra-estruturas de prevenção de inundações, promovendo, nomeadamente, um mecanismo claro de coordenação das atribuições dos serviços nas obras das comportas do Porto Interior, para melhorar as infra-estruturas contra calamidades e elevar a capacidade de protecção da cidade. Ao mesmo tempo, é necessário aperfeiçoar o mecanismo de divulgação de informações, divulgando periodicamente à sociedade o andamento das obras.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 12.04.2019

O País dá sempre importância à indústria do desporto, e o seu peso na economia nacional está a aumentar anualmente. Em relação aos objectivos do desenvolvimento e posicionamento estratégico da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, Macau, enquanto uma das 4 cidades principais, deve aproveitar as próprias vantagens, maximizar os seus efeitos, impulsionar e tomar parte nas principais construções na Grande Baía.

Proponho a inserção de elementos desportivos de nível internacional no sistema industrial moderno a construir na Grande Baía.

Macau tem experiência na organização de actividades desportivas de grande envergadura, tais como os Jogos da Ásia Oriental em 2005, os Jogos da Lusofonia em 2006 e os Jogos Asiáticos em Recinto Coberto em 2007, e todos os anos se realiza o Grande Prémio de Macau, o Campeonato Mundial de Voleibol Feminino, a Maratona Internacional e Regatas Internacionais de Barcos-Dragão. Nestes últimos anos, criou-se uma plataforma para a cooperação e o intercâmbio de vantagens dos membros da aliança convergente Guangdong, Hong Kong e Macau, e promoveu-se a criação da "Aliança Desportiva da Zona da Grande Baía".

O Governo pode maximizar as vantagens específicas de Macau e, para além de desenvolver Macau, pode também apoiar e promover o desenvolvimento internacional das indústrias do desporto e do turismo na zona da Grande Baía.

Pode, por exemplo, organizar competições desportivas bilaterais e multilaterais entre a China e os Países de Língua Portuguesa; promover o reconhecimento mútuo das actividades desportivas internacionais; reforçar a formação desportiva na Grande Baía, para formar equipas de talentos; reunir os recursos das escolas, sociedade, diversos sectores e empresas, etc., para aprofundar o mecanismo de formação conjunta de talentos, criar uma plataforma diversificada para a formação de talentos, e promover a integração profunda entre a indústria, a aprendizagem e a investigação, contribuindo assim para o desenvolvimento da indústria desportiva na Grande Baía. Pode ainda realizar actividades de marca nesta Baía.

Através da sua imagem de cidade criativa, de gastronomia e de convívio das culturas oriental e ocidental, Macau pode promover a ligação entre a Grande Baía e "Uma faixa, Uma roda", as indústrias das convenções e exposições e do turismo nos países que participam desta estratégia, alargar o intercâmbio cultural e no âmbito da gastronomia, e introduzir elementos desportivos, com vista a elevar a qualidade da Grande Baía enquanto zona agradável para viver e visitar, alargar o seu círculo internacional de amigos e desenvolver melhor a integração entre o desporto e a população.

(Tradução)

O desporto e a educação desportiva são indispensáveis para o desenvolvimento da Grande Baía. Se Macau continuar a promover, de forma diversificada, a cooperação, o intercâmbio e a inovação, e elevar o nível da cooperação, pode maximizar o seu apoio ao País no desenvolvimento geral da Grande Baía.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 12.04.2019

Construir, com Hengqin, um centro mundial de turismo e lazer

No dia 1 de Abril, o Conselho de Estado autorizou o “plano de construção da ilha internacional de turismo e lazer de Hengqin”, e classificou esta e as zonas marítimas sob a sua jurisdição, com uma área de cerca de 106 quilómetros quadrados, como ilha internacional de turismo e lazer. Esse plano tem como objectivo desenvolver um projecto de turismo e lazer ao nível mundial, o que bem se articula com o posicionamento de Macau, isto é, um centro e uma plataforma. Macau, enquanto cidade turística internacional, pode aproveitar a oportunidade de construção da ilha internacional de turismo para reforçar a cooperação entre as duas regiões, construindo, em conjunto, um centro turístico ao nível mundial na Grande Baía.

Recentemente, o responsável de Hengqin referiu que a construção da ilha internacional de turismo podia contribuir para o reforço da cooperação com Macau, e para a inovação e abertura no âmbito de políticas de apoio, formação de talentos e introdução de projectos. Macau, separado de Hengqin por um rio, possui uma rica experiência no desenvolvimento de turismo internacional e, em termos de formação de talentos na área turística, ocupa um dos primeiros lugares da Ásia. Pode dizer-se que a experiência de Macau é um promotor para o desenvolvimento da ilha internacional de turismo de Hengqin. Além disso, Hengqin tem um espaço amplo, portanto, Macau pode, através da cooperação, alargar o próprio espaço de desenvolvimento, o que vai contribuir para promover a diversificação adequada da sua economia, elevando, a longo prazo, a capacidade de desenvolvimento sustentável da economia local.

Nesta perspectiva alargada de desenvolvimento, o Governo da RAEM deve ampliar as suas linhas de pensamento, seguir os rumos de desenvolvimento correctos e ultrapassar os obstáculos ao desenvolvimento diversificado das indústrias, para promover o desenvolvimento sustentável de Macau. Deve ainda liderar os diversos sectores sociais para agarrar as oportunidades de desenvolvimento, especialmente, orientar a geração jovem a encontrar um espaço de desenvolvimento, incentivando-a e ajudando-a a elevar a sua autovalorização e a dar um contributo para Macau e para o País. Assim, o Governo pode criar um grupo especializado ou, sob o enquadramento da cooperação existente entre os dois lados, negociar com a região vizinha a construção dessa ilha, aprofundando a troca de opiniões e estudando em conjunto um espaço de cooperação mais amplo entre os dois lados.

Quanto à futura cooperação com Hengqin, vou apresentar as seguintes três sugestões, para um melhor desenvolvimento dos dois lados.

1. Promover a complementaridade das vantagens e cooperar no planeamento dos projectos de turismo marítimo entre os dois lados. O turismo marítimo é um

conteúdo importante do turismo da Grande Baía. As águas marítimas de Macau estão ligadas às de Hengqin, e há um grande espaço para cooperação entre Zhuhai e Macau no desenvolvimento de projectos turísticos “multidestinos”. Os dois lados podem, através da complementaridade de vantagens, desenvolver, em conjunto, bons projectos marítimos como ilhas e zonas de lazer, o que possui um importante valor socioeconómico para elevar a imagem de Macau como cidade costeira, enriquecendo os produtos turísticos da cidade.

2. Inovar o modelo de cooperação Zhuhai-Macau e aprofundar o processo de integração de desenvolvimento Macau-Hengqin. Para transformar Hengqin numa ilha internacional turística e concretizar uma melhor cooperação entre as duas regiões, o Governo deve continuar a promover políticas transfronteiriças mais abertas e liberalizadas: no aspecto das infra-estruturas transfronteiriças, espera-se que se concretiza rapidamente a livre circulação de autocarros públicos, táxis e automóveis particulares, para além do metro ligeiro e dos autocarros turísticos. Zhuhai está a planear a transformação da Ilha de Hengqin num porto de comércio livre, e Macau possui certas vantagens e pode proporcionar apoio intelectual e promover um sistema de políticas mais flexível para a cooperação Zhuhai-Macau, a fim de resolver os problemas dos vistos e da livre circulação de moedas e pessoas, acelerando o referido processo de integração.

3. Alargar a participação social e apoiar os jovens na procura de desenvolvimento na Ilha de Hengqin. O desenvolvimento da ilha está a ser promovido, e não há ainda um ambiente comercial amadurecido, sendo insuficientes as instalações complementares de trânsito e habitação, portanto, quanto ao seu desenvolvimento, muitos residentes só têm uma visão conceptual, e muitos jovens não têm meios para começar, devido à falta de informações, o que reduz a participação social. A transformação numa ilha internacional turística resulta em aumento das oportunidades de cooperação, portanto, as medidas de apoio devem ser mais específicas. Para incentivar a participação dos jovens no desenvolvimento da ilha, o Governo pode criar, em conjunto com esta, alojamento para jovens talentos de Macau que lá queiram criar negócios ou trabalhar, desde que reúnam certas condições, para se desenvolverem com maior confiança na ilha e se dedicarem à construção das duas regiões.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 12.04.2019

O rápido desenvolvimento económico resulta na subida do preço dos imóveis e no aumento constante das rendas das lojas. O arrendamento de curto prazo e o aumento significativo das rendas fazem com que muitas micro, pequenas e médias empresas se sintam sobrecarregadas. Nos últimos anos, muitas lojas antigas e pequenas encerraram por não conseguirem suportar as rendas elevadas, o que reduziu a vontade dos empreendedores. O aumento das rendas aumentou os preços dos produtos, isto é, uma transferência dos custos para os consumidores, afectando a vida da população.

Macau é um mercado de economia livre. Mesmo que o Governo não consiga controlar os preços das rendas das lojas, pode aproveitar bem os recursos públicos para apoiar as PME. Por exemplo, vários projectos de habitação pública, concluídos ou em planos nos últimos anos, dispõem de um certo número de lojas, e as rendas destas podem não ter de acompanhar o preço do mercado, podendo haver medidas benéficas para atrair mais lojas, capazes de satisfazer as necessidades dos residentes, bem como apoios a algumas lojas com características próprias ou a empreendedores, para que sejam aproveitados os benefícios sociais das lojas públicas.

O arrendamento dos estabelecimentos comerciais nas habitações públicas é regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 28/92/M, em vigor há mais de 20 anos e que pode já não corresponder às necessidades sociais. Por exemplo, a forma de adjudicação à oferta mais elevada pode não corresponder aos benefícios sociais e ao planeamento racional da comunidade; a alteração das rendas depende apenas do índice de preços no consumidor dos últimos 12 meses, assim, mesmo que as rendas possam acompanhar os preços do mercado, podem ser desfavoráveis à sobrevivência de algumas lojas pequenas ou com características próprias, que satisfazem as necessidades dos cidadãos, mas têm fraca competitividade.

Por exemplo, os residentes do complexo de habitação pública de Seac Pai Van, devido à insuficiência de planeamento e de instalações públicas na zona, à falta de lojas, à pouca escolha para compras e aos preços mais elevados em comparação com outras zonas, sentem-se bastante perturbados. Mas os lojistas da zona afirmaram que, devido ao preço elevado das rendas, é difícil atrair clientes com a redução de preços, o que dificulta a sua exploração e, várias vezes, solicitaram aos serviços competentes um tratamento flexível na renovação dos contratos, mas, devido às limitações do regime vigente, não conseguem resolver o problema. No final, apenas podem optar por abandonar o local. De facto, desde o início da utilização das habitações públicas de Seac Pai Van, oito lojas já encerraram, e a escolha de estabelecimentos pela população é limitada enquanto as lojas continuam desocupadas. Por outro lado, os serviços competentes têm de gastar mais recursos administrativos para proceder a um novo concurso público durante o período de desocupação das fracções comerciais, e os residentes, os

comerciantes e o Governo são os prejudicados, por isso, o Governo tem de rever e melhorar o actual regime de arrendamento e gestão das lojas da habitação pública.

Nos próximos anos, vão ser construídos vários empreendimentos de habitação pública, incluindo o projecto da Avenida Wai Long e a 1.^a fase da Zona A dos Novos Aterros Urbanos, por isso, solicito ao Governo que aproveite os recursos das lojas nas habitações públicas e planeie, quanto antes, a proporção adequada dos espaços comerciais, apoiando, assim, as pequenas e médias empresas ou o empreendedorismo, e optimize o actual regime de gestão dos estabelecimentos comerciais e do concurso público. É também necessário aumentar a flexibilidade na gestão, definindo indicadores para a definição de níveis razoáveis das rendas, e incentivar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, com vista a responder melhor às necessidades dos consumidores e da vida quotidiana dos moradores da zona.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 12.04.2019

Durante o período do feriado Cheng Ming, o fluxo diário de passageiros no posto fronteiriço de Gongbei bateu novamente o recorde. A comunicação social noticiou: “O CPSP revelou que o número de passagens pelo posto das Portas do Cerco bateu novo recorde no dia 6, atingindo 467 mil”.

Segundo alguns cidadãos, apesar de se registar esse novo recorde, as Forças de Segurança mobilizaram, a tempo, uma força policial suficiente para o desvio do fluxo de passageiros, desenvolvendo bem, e de forma ordenada, os seus trabalhos de salvaguarda da segurança e da ordem pública, e de gestão de multidões, etc., nas zonas turísticas. Todos sabem que, durante os feriados, em Macau, surgem muitos problemas nas deslocações. Mas, desta vez, as Forças de Segurança em conjunto com a DSAT empenharam-se activamente nos seus trabalhos, envidando esforços para desviar o fluxo de visitantes, ajustar os itinerários dos autocarros e fiscalizar os táxis, para elevar a respectiva capacidade de circulação. Os serviços competentes colaboraram entre si para reforçar a aplicação da lei e autuar actos ilícitos praticados por taxistas, para resolver a dificuldade em apanhar transportes durante os feriados, em prol da salvaguarda de uma deslocação fácil por parte de cidadãos e visitantes. De facto, isto está real e intimamente ligado à actuação proactiva das Forças de Segurança e da DSAT, tendo em conta o desenvolvimento do sector turístico de Macau, o que demonstra a elevação da capacidade de coordenação interserviços do Governo, o que merece um elogio!

Segundo alguns cidadãos, no ano passado, na hora aflitiva de ter de recorrer a um sanitário público, o que fica perto da ciclovia da Taipa não tinha papel higiénico, uma situação muito embaraçosa. Mas, recentemente, um cidadão telefonou para fazer um elogio, dizendo que nesse sanitário já foi instalada uma máquina automática, que disponibiliza de forma limitada papel higiénico, o que não só facilita a vida dos cidadãos, mas também protege o ambiente poupando recursos de papel. Assim, o cidadão também me pediu para elogiar o IAM, por ter assumido uma atitude proactiva, em prol dos cidadãos!

IAOD da Deputada Chan Hong em 12.04.2019

Temos de colocar-nos no lugar dos outros para entender as suas necessidades e assim construir uma comunidade livre de barreiras

Com o envelhecimento populacional de Macau e o aumento das exigências dos portadores de deficiência, é muito importante construir uma “comunidade livre de barreiras”, a favor da inserção social dos portadores de deficiência e idosos, e da promoção da igualdade social. Já se avançou com vários trabalhos para a criação dum ambiente acessível, por exemplo, a criação dum Grupo de trabalho para os assuntos de acessibilidade subordinado à Comissão para os Assuntos de Reabilitação, a construção de diversas instalações livres de barreiras, a oferta de serviços de autocarros de reabilitação, a dispensa de tarifas de autocarros para os portadores de deficiência, e a definição das “Normas arquitectónicas para a concepção de design universal e livre de barreiras na RAEM”, entre outros.

É de notar que, segundo um relatório de estudo efectuado em 2018, mais de 70% dos residentes entrevistados, portadores de deficiência e não portadores, acham que são “aceitáveis” ou “insuficientes” a quantidade e a diversidade das instalações livres de barreiras existentes em Macau; mais de 60% dos portadores de deficiência entrevistados acham que são “aceitáveis” ou “insuficientes” as facilidades de que dispõem para as deslocações no seu dia-a-dia; e quase 70% dos portadores de deficiência acham que é “aceitável” ou “insatisfatória” a situação do trânsito livre de barreiras. Na resposta a uma interpelação minha no ano passado, o Governo afirma que tem planos para a optimização paulatina das instalações e para o desenvolvimento de trabalhos de promoção na comunidade. Entretanto, com base nas observações *in loco* e nas informações dos moradores envolvidos, há ainda uma grande margem para melhorias no respeitante à construção de instalações livres de barreiras, portanto, o Governo deve continuar a empregar esforços neste trabalho.

Assim sendo, apresento as seguintes opiniões e sugestões:

1. O Governo deve, por sua iniciativa e em conjugação com os esforços da sociedade, proceder a um levantamento das instalações livres de barreiras arquitectónicas existentes em Macau e elaborar um mapa dessas instalações para os portadores de deficiência e pessoas com necessidades especiais, mapa esse que deve servir de fundamento para o aumento e a melhoria das instalações livres barreiras arquitectónicas nas diversas zonas. Espero que o Governo proceda, quanto antes, à instalação de escadas rolantes para subida e descida ou de elevadores nas passagens superiores para peões nas diversas zonas, a fim de facilitar as deslocações da população.

2. Reforço da concepção mais humanizada das instalações livres de barreiras arquitectónicas. Existem algumas dessas instalações que não conseguem satisfazer as necessidades reais dos utentes, por exemplo, as rampas de acesso

para deficientes motores são demasiado inclinadas e as casas de banho para deficientes motores estão instaladas em andares superiores. Espero que o Governo, aquando do planeamento e concepção das instalações, pondere estas questões, para que as mesmas possam servir o seu propósito.

3. As “Normas arquitectónicas para a concepção de design universal e livre de barreiras na RAEM” já estão concluídas e o IAS já as enviou a todos os serviços públicos, exigindo que todas as obras públicas e as instituições particulares subsidiadas as sigam. No entanto, estas normas não têm força legal vinculativa, portanto, ainda estão aquém das expectativas da sociedade. Espera-se que, no futuro, todas as obras de Macau sejam executadas de acordo com os critérios definidos nas referidas normas;

4. Construir um ambiente livre de barreiras. Para além de reforçar a construção de hardware e dos equipamentos auxiliares, há que ter em conta as necessidades reais dos portadores de deficiências visual, auditiva e múltiplas. Nesta sociedade moderna existem muitas informações, por isso, é forte desejo dos portadores de deficiência aceder sem obstáculos a essas informações. Os serviços competentes estão ainda a dar os primeiros passos nesta matéria, mas espera-se que tomem a iniciativa de desenvolver os trabalhos respectivos, incentivando e apoiando as organizações civis a desenvolver e construir tudo o que a difusão de informações sem barreiras exige.

5. Os trabalhos de educação e divulgação devem continuar. Os serviços competentes devem criar mais oportunidades para que deficientes e não deficientes vivam juntos e em harmonia, e aumentar os conhecimentos da sociedade sobre a situação das pessoas deficientes, para se criar, em conjunto, uma sociedade inclusiva.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 06.11.2017

Integração na Zona da Grande Baía, a partir de Hengqin

O Conselho de Estado publicou, no início deste mês, o "Projecto de Construção da Ilha Internacional de Lazer e Turismo de Hengqin", delimitando a Ilha de Hengqin e as suas áreas marítimas. De acordo com o documento que aprovou este projecto, essa construção vai concretizar o espírito do XIX Congresso Nacional do Partido e o da sua segunda e terceira sessão plenária, coordenando a promoção da disposição geral de "cinco em um" e da disposição estratégica de "quatro integrais", insistindo no desenvolvimento dum novo conceito. Por isso, Macau, enquanto região adjacente à Ilha de Hengqin, pode aproveitar esta oportunidade para promover a cooperação com os projectos turísticos de Hengqin, enriquecer os elementos turísticos de Macau e "tornar o bolo maior", portanto, a passagem alfandegária facilitada é muito importante.

Tenho promovido a integração da qualificação profissional do sector da construção civil de Macau na zona da Grande Baía, e de acordo com as decisões tomadas pelo Governo Central e pelo Conselho de Estado sobre a promoção da construção da Zona da Grande Baía, uma delas é a construção gradual de Hengqin, pois a Ilha pode ser um bom projecto-piloto para demonstração da cooperação aprofundada entre Guangdong, Hong Kong e Macau, com base na estabilidade e no desenvolvimento de sinergias. Como a Ilha está próxima de Macau, pode também requerer-se a entrada de veículos com matrícula única, aliás, já começaram a funcionar, recentemente, transportes públicos intercidades (do centro de Macau até ao Parque Industrial de Medicina Tradicional Chinesa). Há uma grande área para desenvolvimento e os trabalhos são mais concentrados, mas o mais importante é que a posição definida para a Ilha de Hengqin foi de "prestação de serviços ao desenvolvimento da diversificação adequada das indústrias de Macau". Nestes dois anos, discuti várias vezes com os serviços competentes de Hengqin sobre a criação, em Hengqin, de regimes para o reconhecimento das habilitações profissionais do sector da engenharia de Macau, assim como para a gestão de obras, e a resposta foi muita entusiasmada, pois aqueles serviços também têm vontade de negociar e discutir com os serviços homólogos de Macau e com as associações profissionais representativas do sector, com vista à concretização do reconhecimento em causa e à celebração de acordos de cooperação. A integração dos elementos de Macau em Hengqin pode atrair, a longo prazo, os jovens de Macau para trabalharem e viverem em Hengqin, o que também coincide com a estratégia do Chefe do Executivo no respeitante à relação de Macau com Hengqin, isto é, "cooperar mutuamente e desenvolver em complementaridade".

Para além da cooperação com Hengqin no âmbito de "Um Centro" (projecto de turismo), Macau deve também ponderar estender "Uma Plataforma" a Hengqin, assumindo as suas funções de plataforma de ligação entre o país e os países lusófonos. Por exemplo, no âmbito da construção ao nível do tráfego, Macau deve

acelerar a ligação com as redes rodoviárias de Hengqin, pois uma vez desimpedido o caminho, haverá fluxo de mercadorias, de fundos e de pessoas. Apesar da previsível entrada em funcionamento do metro ligeiro, está na hora de ponderar como é que se pode acelerar a ligação com as redes rodoviárias de Hengqin, para que estas sejam estendidas ao centro da cidade. Ou pode também aproveitar-se a mudança do Posto Fronteiriço da Flor de Lótus para pensar na extensão do metro ligeiro até lá, melhorando o intercâmbio com as cidades do Interior da China.

2019-04-12 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“A importância dos cidadãos de ler, estudar e fiscalizar de forma continuada o cumprimento do Programa Eleitoral do actual e futuro Chefe do Executivo”

A RAEM, vai celebrar no final do corrente ano o seu vigésimo aniversário e a eleição novo Chefe do Executivo (CE).

Estes são os dois mais importantes eventos e aqueles que os residentes mais estão interessados face às expectativas criadas quanto à futura elevação da sua qualidade de vida.

Convínhamos referir, que num ambiente de contínuo “déficit” de ensino e debate político, estes últimos vinte anos da RAEM quase nada se tem estudado, analisado e divulgado quanto ao cumprimento dos programas eleitorais dos Chefes do Executivo.

O que o CE prometeu e cumpriu e o que não foi cumprido e porque o CE não conseguiu cumprir.

O programa eleitoral de um Chefe de Executivo é um importante contrato com os eleitores. Por isso, é com base das suas promessas e compromissos que foram estabelecidos com os cidadãos que escolhemos o Chefe do Executivo.

Na ausência de debates e publicitação na estação pública (TDM) pouco se sabe quem são os 400 eleitores e com que critérios vão estes mesmos 400 eleitores votar no próximo CE.

Muitos jovens e estudantes universitários e mesmo muitos cidadãos não sabem como “apareceram” estas 400 pessoas que têm o privilégio de poder votar e eleger o próximo CE.

Muitos cidadãos e jovens universitários não percebem, nem os professores sabem explicar.

Os programas políticos devem ser sempre amplamente divulgados e continuamente estudados, discutidos, acompanhados e debatidos por todos os estratos sociais principalmente as universidades e escolas secundárias que têm a enorme responsabilidade de formar futuros talentos e governantes.

É verdade que pouca gente em Macau se interessa por ler aquilo que um Chefe do Executivo propõe nos programas eleitorais.

E as instituições educativas também não se interessam em educar os jovens neste aspecto. Muitos destes jovens estudantes até ignoram a existência de Programas Políticos dos Chefes dos Executivos porque nunca foram ensinados.

Mas a culpa será só dos estudantes, cidadãos ou não será que a mesma deva ser repartida pelas instituições universitárias, secundárias e associativas?

Como todos nós sabemos, os programas eleitorais servem de base da actuação dos secretários, mas quantos deles se preocupam ou se interessam pelo seu cumprimento na medida que não respondem politicamente perante a maioria dos cidadãos?

Os programas eleitorais devem sempre conter promessas que sejam verdadeiras e transparentes. E para que essa premissa seja cumprida é necessário que os programas eleitorais nos digam o que se vai fazer e o que vai ser diferente do existente ou o que vai ser extinto.

Em democracia eleitoral não pode haver “cheques em branco”.

Hoje em dia, está em voga, a ideia de não fazer promessas. Não fazer promessas, não há responsabilidades. Ou seja o Chefe do Executivo faz “à vontade do freguês” ou seja, como melhor lhe apetece ou for para si e pessoalmente o mais conveniente.

Não fazer promessas eleitorais está errado. Se não fizer promessas os cidadãos não podem escolher e não podem conferir com as promessas feitas porque não existem promessas.

Ao não fazer promessas, os cidadãos não podem saber, o que vai mudar ou como Macau no futuro será melhor e diferente.

Votar num programa político sem promessas é como passar um “cheque em branco” para o Chefe do Executivo fazer como melhor lhe apetece.

E assim está errado!

Macau terá um futuro brilhante se o próximo CE souber governar com inteligência e coragem para afrontar os interesses instalados que têm contribuído para as desigualdades sociais.

Vamos aguardar e ver o que vai acontecer!

Muito Obrigado!

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de

Macau aos 12 de Abril de 2019.

José Pereira Coutinho

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 12.04.2019

Colmatar as lacunas para garantir o crescimento saudável das crianças

Nos últimos anos, são frequentes as notícias de assédio sexual e bullying nas escolas. Esta frequência deve-se, possivelmente, à deterioração moral da sociedade, ou à generalização das redes sociais, que facilita a exposição dos problemas que antes teriam sido encobertos. Estes casos mediatizados revelam que o reforço da segurança nas escolas necessita de esforços conjuntos das escolas, dos pais, dos serviços de educação e da polícia. No entanto, dos problemas por resolver, o mais urgente é o mecanismo de comunicação das escolas, definido pela DSEJ, pois a sociedade precisa de conhecer a gravidade dos problemas para encontrar soluções adequadas.

Por exemplo, recebi recentemente um pedido de apoio de uma criança de 10 anos, que é alegadamente vítima de bullying há três ou quatro anos. Os pais apresentaram várias queixas à escola, e a polícia foi mesmo chamada à escola, mas a solução foi sempre a transferência de escola. Os pais, sem outra alternativa, chegaram a apresentar queixas à DSEJ, mas ficaram a saber que esta nem tinha tido conhecimento do caso. Pergunta-se, então, foi a escola que encobriu o caso, ou foi a DSEJ que não deu nenhum acompanhamento? Perante as diferentes versões sobre o caso, não conseguimos apurar os detalhes.

Actualmente, as escolas de Macau adoptam o "Guia de Funcionamento das Escolas 2018/2019", para resolver os casos de abuso sexual e de bullying. No entanto, este Guia não é claro quanto à penalização aplicável ao pessoal que dirige as escolas quando ocultam os casos, por isso é que há dúvidas quanto aos efeitos do mecanismo de comunicação. De acordo com o procedimento descrito no fluxograma para o tratamento de casos de tortura ou abuso de menores, não se exige às escolas que os comuniquem à DSEJ, porém, o grupo de gestão de crises escolares entende que tal deve ser feito, e segundo a definição de incidentes de crise escolar, estes são considerados "imprevistos". Portanto, há uma grande zona cinzenta que obriga que seja o pessoal que dirige as escolas a julgar a situação, assim, podem ocorrer muitos incidentes não graves sem que a DSEJ deles tenha conhecimento, a não ser que alguém tome a iniciativa de apresentar queixa. Se assim não for, a DSEJ dificilmente toma conhecimento da maioria dos incidentes, da sua natureza e do grau de gravidade. E se não consegue tomar conhecimento da situação, não vale a pena falar em agir nem definir políticas.

Como o mecanismo de comunicação tem problemas, a DSEJ fica sem os dados de referência necessários para a elaboração das políticas. Nos dados estatísticos divulgados na página electrónica da DSEJ sobre os serviços de aconselhamento aos alunos, só encontramos dados muito simples, não há classificações minuciosas sobre, por exemplo, o número de casos de bullying e

de abuso sexual, nem quaisquer informações sobre a gravidade e a conclusão, ou não, do tratamento dos casos, etc. Se não houvesse o relatório do PISA 2015, que revela a existência de problemas graves de bullying nas escolas de Macau, o público nem sequer sabia da gravidade deste problema em Macau. Nesta situação de falta de informações, a DSEJ é quase cega e surda na gestão e definição das políticas, só se limita a mostrar-se chocada. Mas, apesar dos muitos arrependimentos, é impossível remover as cicatrizes das crianças vítimas. Portanto, a meu ver, há que criar um mecanismo de comunicação sistemático e conveniente, com significado para ultrapassar as dificuldades de gestão, oferecendo, de forma atempada, ajuda às crianças, e facilitando a elaboração das políticas.

Por exemplo, os professores e agentes de aconselhamento da linha de frente podiam recorrer ao governo electrónico para registarem as ocorrências no sistema electrónico, podia adoptar-se um mecanismo de classificação neste sistema para alertar automaticamente as autoridades para a instauração dos processos num curto espaço de tempo, de modo a resolver os problemas de hierarquia, isto é, o pessoal da linha da frente informaria logo a administração sobre a ocorrência, e depois caberia a esta decidir sobre a comunicação à DSEJ. Além disso, os registos electrónicos podem ajudar-nos a apurar responsabilidades e servem de fundamento para melhorar os procedimentos.

Concordamos que a educação tem as suas particularidades, que é necessário certa flexibilidade no tratamento dos problemas dos alunos, mas isto não significa que os problemas podem ser escondidos. Aquando da elaboração da lei, podemos admitir uma maior margem de discricionariedade na escolha dos métodos de tratamento, mas é necessário clarificar a responsabilidade da comunicação. Se é difícil tomar conhecimento da situação e se a escola não consegue tratá-la bem, as prejudicadas são sempre as crianças. Assim, através desta intervenção, apelo ao Governo para aperfeiçoar o mecanismo de comunicação, e para aditar, na nova versão da proposta de lei "Estatuto das escolas particulares do ensino não superior", a responsabilidade de comunicação do pessoal de aconselhamento e disciplina, e as sanções para o seu incumprimento, clarificando assim o regime jurídico e protegendo as crianças.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 12.04.2019

Nos últimos anos, o Governo adoptou diversas políticas e medidas para apoiar o desenvolvimento do sector de convenções e exposições. Macau tem certas vantagens para o desenvolvimento deste sector, que representa um novo ponto de crescimento ao nível da diversificação adequada da economia. Mas o espaço limitado de Macau traduz-se numa deficiência congénita e, se juntarmos a isto a falta de quadros profissionais, esse desenvolvimento depara-se com muitas restrições. Nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, é referida a prestação de apoio à criação em Macau de convenções e exposições com impacto internacional. Perante o rápido desenvolvimento do sector de convenções e exposições nas regiões vizinhas, como é que Macau consegue caminhar rumo a um desenvolvimento característico e distinto é algo que merece um intercâmbio e estudo entre o Governo e o sector envolvido.

Com o desenvolvimento vigoroso do sector de convenções e exposições de Macau nos últimos anos, incluindo as feiras de turismo, a MIF, e outras convenções e exposições com certa influência e fama, tem aumentado cada vez mais o número de reuniões e exposições, mas muitos dos problemas relacionados com esta indústria, como a falta de recursos humanos, a competitividade das marcas, entre outros, têm marcado uma grande diferença entre Macau e as cidades vizinhas no que diz respeito a este sector, por isso, é necessário ultrapassar certas dificuldades e obstáculos.

Com o aceleração contínua da construção da Grande Baía, em termos do desenvolvimento do sector de convenções e exposições, Macau deve continuar a reforçar a cooperação com as regiões vizinhas, formando assim um modelo de desenvolvimento baseado na complementaridade, para aprender com as boas práticas dessas regiões. Deve aproveitar as políticas que o País definiu para Macau, adaptando-as à realidade local, e, através do “Estudo sobre o Plano de Desenvolvimento de Convenções e Exposições de Macau”, analisar meticulosamente o rumo do desenvolvimento, com vista a potenciar, com base nas características e vantagens deste sector, o papel de plataforma de serviços comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Isto, para criar uma marca de convenções e exposições com características de Macau, elevar a competitividade dessa marca e promover a presença dos operadores na comunidade, impulsionando o desenvolvimento global da economia comunitária e das pequenas e médias empresas locais.

Embora os serviços competentes tenham implementado políticas e medidas, tais como planos de apoio à formação de quadros especializados em convenções e exposições, o certo é que neste momento a qualidade dos recursos humanos e dos quadros qualificados de Macau não vai conseguir satisfazer as futuras necessidades de desenvolvimento do sector de convenções e exposições, que está em rápido desenvolvimento. Assim, os serviços competentes devem estudar

e lançar, quanto antes, políticas e medidas eficazes mais perfeitas, para formar mais quadros qualificados para este sector, a fim de criar mais talentos de diversos tipos para colaborarem no seu desenvolvimento. Quanto à variação da qualidade dos profissionais do sector, é possível pensar em aperfeiçoar diversos critérios, para regular o sector e as respectivas acções de formação, reforçando assim a qualidade da formação dos profissionais locais, sobretudo nas áreas de planeamento, promoção e prestação de serviços, para, com base nisto, assegurar o desenvolvimento contínuo do sector em causa.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 12.04.2019

Definir medidas para reduzir o risco de propagação de doenças infecto-contagiosas

Desde Março que têm surgido, sucessivamente, vários casos de sarampo em Macau, 33 até ao momento. O Governo desenvolveu muitos trabalhos para controlar a sua proliferação, por exemplo, a actualização e divulgação periódicas das informações sobre os casos; a adopção atempada de novas medidas de vacinação e a aquisição de mais vacinas contra o sarampo. Não têm parado, nestes últimos dias, os casos importados e os casos relacionados com sarampo importado, mas na minha opinião, até ao momento os trabalhos dos Serviços de Saúde merecem reconhecimento, visto que responderam à situação rápida e atempadamente. O sarampo em Macau já está praticamente controlado e a maioria dos infectados já recuperou e recebeu alta.

Contudo, é de notar que nestes últimos anos se registou um aumento das situações de epidemia em Macau e nos territórios vizinhos. Para além da actual epidemia de sarampo, todos os anos há picos de epidemia da gripe, e segundo as estimativas das autoridades, este ano são maiores os riscos de epidemia de febre de dengue. A seguir à epidemia de sarampo, voltaram os casos importados e os casos relacionados com rubéola importada, sendo os Estados Unidos da América, Japão, Sudeste Asiático, Europa, etc. os locais onde as epidemias são mais graves.

Como Macau é uma cidade turística de nível mundial e os contactos com o exterior são muito frequentes. Nestes últimos anos, devido ao aumento do número de residentes que viajam para o exterior e do número de passageiros que atravessam as fronteiras, houve um aumento das doenças infecto-contagiosas por parte de turistas e daqueles que voltaram de viagens ao estrangeiro, e também têm sido frequentes os casos importados de doenças infecto-contagiosas por parte de trabalhadores não residentes. Devido a esta situação, médicos e enfermeiros foram facilmente infectados no contacto com os doentes, tendo-se registado também casos importados. Na minha opinião, não se pode ignorar os riscos do pessoal da linha de frente, nem os casos importados de sarampo e de outras doenças infecto-contagiosas por parte de trabalhadores não residentes, turistas e daqueles que voltaram de viagens ao estrangeiro. A sociedade não deve negligenciar a prevenção e o controlo das doenças infecto-contagiosas, e o Governo deve rever os trabalhos de prevenção e controlo das doenças infecto-contagiosas, a fim de definir medidas específicas e de reduzir o surto de doenças infecto-contagiosas e o risco de casos importados. Assim sendo, proponho o seguinte:

1. Reforçar as acções de sensibilização sobre a vacinação. Como alguns residentes não nascidos em Macau podem não ter recebido vacinação, há que proceder atempadamente aos respectivos testes e vacinar quem precisa. Ao mesmo tempo, há que reduzir os mal-entendidos sobre a vacinação, evitando situações anti-vacinas, tal como acontece no estrangeiro, elevando-se a taxa de vacinação e aumentando-se a imunidade da sociedade.

2. Reforçar a divulgação sobre a prevenção de doenças entre os empregadores e os trabalhadores não residentes. Muitos dos que trabalham em Macau provêm de regiões onde há situações graves, portanto, têm de ser vacinados e de sujeitarem a análise ao sangue. Os serviços competentes devem, em coordenação com a DSAL, os serviços da pasta de migração e da Saúde, exigir aos trabalhadores não residentes que chegam a Macau ou quando requerem o “*blue card*”, a apresentação de documentos comprovativos emitidos pelo local de origem, tais como registo das vacinas contra doenças contagiosas, incluindo o sarampo, para reduzir o risco de propagação de doenças transmissíveis importadas.

3. Reforçar a monitorização da temperatura corporal e os trabalhos de protecção nos postos fronteiriços. Por exemplo, passam pelos postos fronteiriços de Macau são muitas pessoas, por isso, as autoridades têm de aumentar o número de trabalhadores e equipamentos de monitorização da temperatura corporal nos postos fronteiriços, e reactivar a medida de declaração de saúde, sempre que se mostre necessário, com vista a detectar doenças transmissíveis importadas e proceder de imediato ao isolamento dos respectivos portadores.

4. Acelerar a construção de instalações para as doenças infecto-contagiosas e aumentar a protecção do pessoal médico e de enfermagem. Como a probabilidade de este pessoal ter contacto com pacientes é elevada, há que aumentar os equipamentos de protecção e a formação do pessoal sobre como lidar com as doenças infecto-contagiosas. Perante a ameaça proveniente das doenças infecto-contagiosas no mundo, é premente a construção de instalações, altamente defensivas, de isolamento para estas doenças, por isso, as autoridades devem acelerar a construção do Edifício de Doenças Infecto-Contagiosas, com vista a maximizar o efeito dos trabalhos contra essas doenças.

5. Reforçar a limpeza nos bairros comunitários e a sensibilização sobre autoprotecção. Várias doenças infecto-contagiosas têm a ver com os hábitos de higiene e com o ambiente dos bairros comunitários. Assim,

os cidadãos devem prestar atenção à higiene quer pessoal quer da casa. Os serviços públicos responsáveis também devem reforçar as acções de detecção e limpeza nos bairros comunitários, sobretudo nos “pontos negros” em termos higiénicos, no sentido de elevar, em conjunto, a sensibilização sobre as acções anti-epidemia, prevenindo o surto de doenças infecto-contagiosas nos bairros comunitários.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 12.04.2019

Em Portugal, 45 anos de 25 de Abril Em Macau, nem um passo para o sufrágio universal

Em 2019, assinalam-se os 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e Portugal, e os 45 anos do 25 de Abril, revolução dos cravos, que é incontornável para estudar e fazer uma retrospectiva do desenvolvimento político de Macau. Em frente à Assembleia Legislativa pode ver-se uma placa onde se lê “Rua 25 de Abril”.

Após a II Guerra Mundial, a ditadura de António de Oliveira Salazar originava constantes conflitos nas colónias ultramarinas e um aumento exponencial das despesas militares, que provocavam um forte descontentamento na população e nos militares de hierarquia média e baixa. No dia 25 de Abril de 1974, deu-se um golpe de estado bastante pacífico em Lisboa, em que muitos civis participaram espontaneamente e os militares revoltados empunharam cravos em vez de espingardas. O regime ditatorial acabou por ser derrubado, e proclamou-se a vitória duma revolução democrática sem sangue. A revolução é reconhecida pelo politólogo Samuel Huntington como a génese da terceira onda de democratização do mundo.

Fazendo uma retrospectiva da revolução democrática que aconteceu do outro lado do mundo, torna-se também necessário reflectir sobre o desenvolvimento político de Macau durante a segunda metade do último século. Na época da administração colonial seria irrealista esperar que o governo português de Macau se dedicasse com todo o seu coração ao desenvolvimento da democracia em Macau, mas é verdade que Portugal reflectiu profundamente sobre o totalitarismo em resultado do processo de democratização. Assim, para além da desistência de todas as suas colónias estrangeiras, num processo marcado pelo reconhecimento de Macau como "território chinês sob administração portuguesa", os sectores políticos portugueses assimilaram activamente a experiência da democracia europeia, no que diz respeito à legalidade e à concretização dos direitos humanos. Em apenas dois anos foi promulgada uma nova Constituição com mais de 70 normas para a concretização da garantia dos direitos humanos, e essa protecção dos direitos humanos constitui uma base importante para o futuro sistema jurídico de Macau. Por exemplo, em 1976, a Administração portuguesa de Macau promulgou a "Lei da liberdade de associação", segundo a qual os cidadãos adultos podiam exercer o direito de associação sem prévia autorização, desde que não fosse violada a lei ou a moralidade pública, facto que contribuiu para o rápido crescimento da política associativa em Macau. A influência destas garantias estendeu-se, com os seus reflexos, mesmo depois da promulgação da Lei Básica e do estabelecimento da RAEM.

A revolução democrática de Portugal contribuiu indirectamente para a criação

da Assembleia Legislativa de Macau em 1976, que contou desde o início com elementos eleitos pela população, e em 1984, o Governador Vasco Leotte de Almeida e Costa, dissolveu a Assembleia Legislativa em virtude de uma grande divergência, dando lugar, no mesmo ano, a eleições antecipadas, que alargaram oficialmente o direito de voto a todos os chineses locais. Em 1980 foi criada a Assembleia Municipal, alargando o direito de voto às gentes de Macau. Estabelecendo a comparação com Hong Kong, onde as eleições legislativas por sufrágio directo só foram introduzidas em 1991, as gentes de Macau foram eleitas por sufrágio directo mais cedo. Pena é que, depois de algumas dezenas de anos, a percentagem dos assentos directos na Assembleia Legislativa nem sequer chegue a metade, e que, com o único processo de reforma do sistema político em 2012, seja necessário creio eu, esperar mais 300 anos para se alcançar o objectivo do sufrágio universal!

O que mais frustrante é que, durante a administração portuguesa, o então governador de Macau era directamente designado por Lisboa, e perante as desigualdades não havia alternativa senão aceitá-las, visto que se tratava de uma governação colonialista. Mas na Macau de hoje, em 2019, em que todas as pessoas declaram que Macau cumpre o princípio “um país, dois sistemas”, e é “governada pelas suas gentes”, o seu Chefe do Executivo, responsável por liderar a RAEM e determinar o seu destino, é afinal seleccionado, à porta fechada, por um grupo de algumas centenas de pessoas. Cabe a algumas centenas de residentes portadores de bilhete de identidade de residente permanente escolher uma pessoa portadora do bilhete de identidade de residente permanente para governar Macau. Se é este o requisito para uma “Macau governada pelas suas gentes”, os residentes de Macau que estão a favor da democracia não podem aceitá-lo.

Faltam cerca de 4 meses para uma eleição em círculo restrito por parte de 400 pessoas. Trata-se de um importante evento político estreitamente relacionado com a população, mas não se sabe quem são os candidatos. E os potenciais candidatos não manifestam claramente a sua intenção, porque os candidatos a esta eleição em círculo restrito não precisam de se preocupar com a falta de tempo para angariar votos nos bairros de Macau, aguardam apenas que alguém dê ordens às centenas de membros da Comissão Eleitoral, que no máximo não passam de carimbos de borracha, e mais de 300 mil eleitores continuam a limitar-se a assistir, de fora, ao filme das eleições. Decidi não participar nas eleições para as 22 vagas de deputados da Assembleia Legislativa, porque tenho um sonho humilde, e para o alcançar é necessário um grande esforço. E esse sonho é um dia poder ir, com todas as gentes de Macau, a uma assembleia de voto para votar no Chefe do Executivo!

Há 45 anos, as sementes dos cravos não se espalharam completamente pelas terras de Macau. As eleições democráticas começaram há 40 anos, quer isto dizer que a sociedade de Macau já tem 40 anos de experiência democrática, mas as

(Tradução)

peçoas que gozam de direitos adquiridos continuam a envidar todos os esforços na defesa dum sistema político não democrático, e acusam a população de não reunir condições para se implementar o sufrágio universal. Estes pretextos para protecção dos seus privilégios são compreensíveis, mas vergonhosos. Pergunto a todos: quem é que consegue aprender a nadar sem entrar na piscina?

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 12.04.2019

A Lei n.º 15/2009, sobre as Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, prevê expressamente no artigo 16.º n.º 1 alínea 6) que a comissão de serviço dos titulares de cargos de direcção pode ser dada por finda, por incumprimento das regras relativas às garantias de imparcialidade da Administração Pública; e o artigo 23.º também expressa que se o pessoal da direcção não dirigir com lealdade o serviço, pode ser alvo do despacho que determina o reparo público. E o Regulamento Administrativo n.º 24/2010, sobre o Estatuto dos titulares dos principais cargos da RAEM, prevê claramente no artigo 6.º que os titulares dos principais cargos devem assegurar a direcção e tutela dos serviços subordinados, por forma a evitar a ocorrência de quaisquer infracções ou situações de abuso de poder. O mecanismo de responsabilização legal já existe, porém, o Governo nunca o aplica, o que, segundo a população, é mesmo questionável! O CCAC revelou recentemente, no seu Relatório de Actividades, vários casos comprovados de diversos tipos de abuso de poder praticados pelos serviços públicos ao longo de muito tempo. A população duvida se o Governo vai responsabilizar os infractores antes do termo do seu mandato, ou se vai fugir dessa responsabilidade política.

Relativamente a esses casos de abuso, para além dos meios cíveis e penais e da imputação de responsabilidades financeiras, deve actuar-se, atempada e concretamente para se responsabilizar os infractores, no sentido de assegurar a imparcialidade da Administração Pública e a direcção e a tutela eficazes dos serviços subordinados.

Para além das entidades da tutela do Chefe do Executivo (Gabinete de Protocolo e Relações Públicas e Assuntos Externos; Delegação da RAEM em Pequim), os casos de abuso de poder envolveram ainda serviços e entidades da tutela da Administração e Justiça (ex-Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais), da Economia e Finanças (Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau; Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau; Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais), da Segurança (Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau; Direcção dos Serviços Correccionais), dos Assuntos Sociais e Cultura (Instituto Cultural), dos Transportes e Obras Públicas (Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes; Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego; Instituto de Habitação; Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental) e da tutela do Director Geral dos Serviços de Alfândega (Serviços de Alfândega). O Chefe do Executivo deve, ainda no seu mandato, tomar decisões nos termos dos artigos 16.º e 23.º da Lei n.º 15/2009, para responsabilizar os respectivos titulares de cargos de direcção.

Já que nestes casos de abuso estão envolvidos entidades e serviços das diferentes tutelas, o Chefe do Executivo deve, ainda no seu mandato, tomar

(Tradução)

decisões atempadas, nos termos do Regulamento Administrativo n.º 24/2010, para responsabilizar os respectivos titulares dos principais cargos, respondendo assim perante o público.

IAOD do Deputado Au Kam San em 12.04.2019

Não há credibilidade perante a população

O Chefe do Executivo deve honrar os seus compromissos no seu mandato

Na sua reeleição em 2014, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, prometeu publicamente a construção de 28 mil habitações públicas na Zona A dos novos aterros, mas o seu mandato vai terminar sem uma sequer construída. Sabemos que o plano de construção da Zona A já entrou na fase de planeamento e que, provavelmente, as 28 mil habitações públicas vão ser construídas aí. Mas, como o mandato do Chefe do Executivo termina em Dezembro deste ano, não se sabe se o próximo Chefe do Executivo vai cumprir, ou não, o compromisso do Sr. Chui. De facto, ultimamente, as pessoas têm vindo a dizer que foram construídas muitas habitações públicas em Macau, e que aqueles que se candidatam a habitação económica nem sempre têm verdadeira necessidade, por isso, no processo de eleição em círculo restrito do Chefe do Executivo, os grupos de interesse vão envidar esforços para pressionar o candidato a assumir a promessa de reduzir a construção de habitações públicas, elevando assim os preços das habitações privadas, e nada garante que isso não venha a acontecer. Por isso, será que as 28 mil habitações públicas vão ser mesmo concretizadas? E dentro do prazo fixado? Ninguém tem a certeza. Mesmo que não seja alterada a finalidade dos terrenos, o actual Governo é moroso na construção das habitações e na abertura das candidaturas às habitações económicas, e é provável que a construção das 28 mil habitações públicas possa demorar algumas dezenas de anos (destas, 70 por cento, ou seja, cerca de 20 mil, são habitações económicas, por exemplo, este ano o Governo vai abrir um concurso para 4 mil habitações económicas, então, pode-se abrir 5 concursos para as 20 mil fracções e, se o concurso realizado em 2013 demorou 6 anos, então é possível que os 5 concursos demorem 30 anos) e, com certeza, isto vai afectar os residentes que precisam de uma habitação económica. Trata-se apenas de um planeamento e ainda nada foi construído, e tal compromisso é como uma brincadeira de crianças. De facto, ainda não foi cumprido o compromisso das 28 mil habitações públicas, aliás, nenhuma foi construída, e nem sequer iniciada qualquer obra. Este tipo de compromisso só pode ser uma brincadeira. Na história da humanidade, não existe nenhuma figura política que não tenha dado importância aos seus compromissos. Em Macau, perde-se a credibilidade perante a população sem qualquer vergonha, o que é mesmo típico de se eleger o Chefe do Executivo em círculo restrito.

Outro compromisso do Chefe do Executivo era abrir um concurso para habitação económica no seu mandato. Segundo revelações do Governo no final do ano passado, vai haver um novo concurso neste ano e o compromisso afinal vai ser concretizado. Apesar disto, ainda estamos desapontados, porque, segundo o Governo, desta vez apenas vão ser oferecidas 4 mil fracções e, nesta altura, quer na nova lei quer na lei vigente, também não há lugar a lista de espera,

isto é, após a distribuição das 4 mil fracções, tudo acaba. Para dezenas de milhares de candidatos, essas 4 mil fracções são insuficientes. O mais surpreendente é que o Governo revelou que, das 4 mil fracções, 25 por cento, ou seja, mil, são de tipologia T1. É do conhecimento geral que, quer com a ordenação por pontuação da nova lei, quer com o sorteio da lei vigente, os candidatos individuais são meros acompanhantes da corrida e não vão ter a oportunidade de adquirir uma habitação económica. Quem consegue são os agregados familiares nucleares e com idosos ou deficientes, mas, sendo constituídos principalmente por 3 ou 4 pessoas, as fracções T1 não fazem sentido nenhum para eles. Trata-se de uma distribuição errada de recursos. No concurso de 2013, algumas famílias sorteadas e bem posicionadas também se depararam com situações infelizes, pois as fracções de tipologia T3 ou de tipologia T2 já tinham sido escolhidas pelos agregados familiares mais bem posicionados e só restavam fracções T1 para essas famílias com 4 ou 5 pessoas, assim, se não as quisessem, tinham de esperar pelo próximo concurso, situação que agora se vai repetir.

O Governo deve cumprir seriamente as suas atribuições, resolvendo a questão habitacional. Segundo uma opinião, a questão de habitação não tem a ver com a aquisição de imóvel, sendo que o Governo deve garantir que as pessoas tenham um lar para viver e não que possam adquirir uma habitação. O problema é que a sociedade de hoje é completamente diferente da de há dezenas de anos, por isso, não se pode arrendar uma fracção permanentemente, como acontecia antes. Anteriormente, havia poucas saídas obrigatórias. Agora, devido à liderança do mercado, os proprietários aumentam frequentemente as rendas e, às vezes, recorrem ao pretexto de venda da habitação ou de utilização própria para obrigar os arrendatários a saírem após o termo do contrato de arrendamento. Pode-se dizer que, sem terem uma habitação própria, os arrendatários, a qualquer momento, podem ver a subida das rendas ou a não renovação do contrato pelos proprietários. Mesmo os arrendatários de habitação social também podem passar por isto se tiverem um ligeiro aumento dos rendimentos. Assim, para poderem viver em paz, só comprando uma habitação. Os cidadãos não conseguem comprar casa devido aos preços elevadíssimos da habitação privada e só podem depositar as suas esperanças nas habitações económicas para resolução do problema habitacional. Isto mostra que disponibilizar habitações económicas suficientes para satisfazer as necessidades sociais é uma responsabilidade indispensável do Governo. Este prepara-se para construir vários projectos, mas arrasta o seu andamento e reserva terrenos, de propósito, disponibilizando poucas fracções para os residentes se candidatarem, e isto não é uma questão de ter ou não capacidade para ajudar os cidadãos, mas, sim, de os prejudicar para assegurar os interesses dos grupos privilegiados, permitindo-lhes obter o máximo de lucros.

Como o Governo sabe que o número de candidatos a habitação económica é elevado, deve libertar mais terrenos para a sua construção. Pelo menos, deve

reservar mais terrenos nos novos aterros para aumentar a oferta e incluir, neste concurso, o terreno da avenida Wai Long, onde vão ser construídas 6500 habitações económicas, com vista a mostrar a determinação do Sr. Chui no cumprimento da sua promessa.

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 12.04.2019

Agarrar a oportunidade do desenvolvimento da Grande Baía Promover a diversificação adequada da economia de Macau

A construção da Grande Baía já entrou numa fase substancial. Os Governos de Guangdong, Hong Kong e Macau, sob o planeamento do Governo Central, estão a desenvolver os seus trabalhos. Sob a liderança do Chefe do Executivo, a RAEM está a colaborar e a participar nessa construção, com o desejo de aproveitar melhor as oportunidades do desenvolvimento da Grande Baía e de promover a diversificação adequada da economia de Macau. Assim, apresento as seguintes opiniões e sugestões:

1. Promover, quanto antes, a interconexão entre as redes de “pagamento de pequeno montante”, para facilitar as deslocações e o consumo diário dos residentes das três partes. Ainda não é possível concretizar essa interconexão, assim, proponho ao Governo da RAEM para, quanto antes, tomar a iniciativa de promover a integração do “Octopus” de Hong Kong, do “Macau Pass” e do “Lingnan Pass” de Guangdong, para aplicar essencialmente um “iPass” no “pagamento de pequeno montante” na Grande Baía, com conversão imediata das 3 moedas; e ainda, com base na rapidez e segurança, promover a “integração de fundos/capitais” entre Guangdong, Hong Kong e Macau, para facilitar o consumo dos residentes que se deslocam diariamente na Grande Baía, em prol da “interconexão da população das três partes”. Isto pode contribuir para acelerar o desenvolvimento do pagamento electrónico em Macau.

2. Desenvolver as vantagens únicas de Macau e os trabalhos para a criação de uma plataforma de serviços financeiros entre a China e os países de língua portuguesa. A título de exemplo, é possível: (1) acelerar a construção de Macau como centro de liquidação de RMB dos países de língua portuguesa, e ainda, em relação a esses países, servir de plataforma de financiamento para empresas, de plataforma de *leasing* para financiamento desses países, de centro de gestão de formalidades, de plataforma de transacções de metais preciosos e de plataforma de transacções de pedras preciosas (diamantes) desses países; (2) aproveitar a vantagem do estatuto de porto franco de Macau, para aqui criar um mercado de títulos liquidados em RMB, incentivar as empresas do Interior da China a emitir obrigações para angariação de fundos, aumentar a dimensão do mercado financeiro de Macau e promover o desenvolvimento do sector financeiro.

Por último, deve adoptar-se uma mentalidade inovadora para promover uma cooperação aprofundada entre Macau e a Ilha de Hengqin. Já foram estabelecidas bases sólidas, e acumuladas muitas experiências preciosas na cooperação entre Macau e essa ilha. No futuro, sob as orientações do plano geral, os rumos de desenvolvimento vão ser o turismo de lazer e a cooperação nos parques industriais e nos assuntos que têm a ver com a população, comércio e economia, tendo como destino a diversificação adequada da economia de Macau. Propõe-se

(Tradução)

ao Governo da RAEM que promova, de forma ordenada, projectos de cooperação e, ao mesmo tempo, desenvolva, sob método inovador, as potencialidades e os espaços de cooperação entre Macau e Hengqin. Espera-se que no futuro haja mais medidas que possam contribuir efectivamente para a diversificação adequada da economia de Macau.